

INFORMAÇÕES PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 59.500.000274/2017-67

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 35-2017

OBJETO: Seleção para ocupação de 299 (duzentas e noventa e nove) unidades parcelares familiares no Projeto de Irrigação Pontal, no município de Petrolina-PE, para implantação de empreendimentos agrícolas, agropecuários e agroindustriais.

RECORRENTE: GILMARA PIRES GRANJA

MOTIVO DA INABILITAÇÃO: Não comprovou experiências – Estágio Escolar.

ALEGAÇÃO ATUAL: Impugnação ao resultado do recurso administrativo. O resultado da Comissão do Edital nº 35/2017 afirma a recorrente não apresentou comprovação de experiências e sim de estágios e cursos.

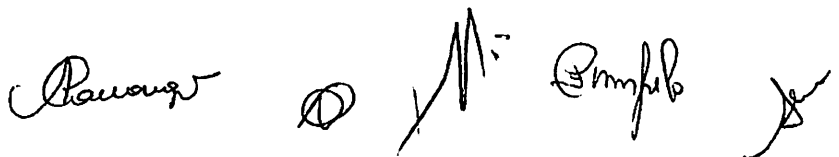
CONCEITOS E FUNDAMENTOS ADOTADOS:

• DA TEMPESTIVIDADE E DOS PRAZOS

O recurso interposto pelo recorrente teve sua tempestividade e a regularidade acatada considerando que o resultado foi publicado em 26.07.2018 e o Edital previa a apresentação de recursos em 5 (cinco) dias úteis, ou seja desde 27/07/2018 até o dia 02/08/2018, prazo obedecido.

A fase recursal do procedimento licitatório tem como fundamento legal o art. 5º, incisos XXXIV e LV, da Constituição Federal de 1988.

O inciso LV, por sua vez, assegura a todos os litigantes, em processo judicial ou administrativo, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela



inerentes. Assim sendo a comissão acatou os diversos "modelos" de recursos, já que havia os pressupostos formais previstos.

• **CONCEITOS E DEFINIÇÕES:**

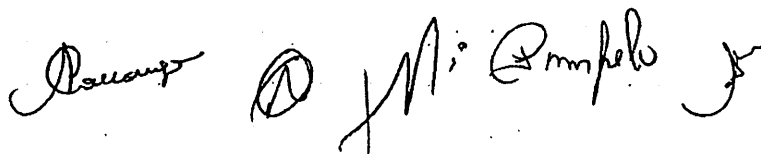
Os seguintes conceitos nortearam as análises e as conclusões da comissão, todos definidos por Direitos e legislação citados neste tratado:

- a) *O prazo de cinco dias úteis para os licitantes apresentarem recursos iniciou-se no dia 27/07/2018 e terminou no dia 02/08/2018;*
- b) *O prazo de análise da comissão iniciou-se no dia 03/08/2018 e foi até o dia 09/08/2018;*
- c) *Declarações em CTPS, desde que comprovem a efetiva experiência e não apenas o cargo, declarações de Sindicatos, Empregadores com CNPJ ou CEI, Assistência Técnica, Cartórios ou órgãos oficiais. As declarações de CTPS que falam dos cargos (agrônomos, técnicos ou outros) devem ser ratificadas com declarações do empregadores ou dos órgãos citados contabilizando o período e as experiências das tarefas executadas.*

A falta de comprovação das experiências foi a determinação da inabilitação, considerando que a sua CTPS na folha 23 do Involucro nº 1 – Contrato de trabalho consta 4 anos em agosto p.p, no Cargo de Engenheira Agrícola. Não há especificações de suas atividades, nem consta declaração do empregado quase as tarefas desenvolvidas e experiências acumuladas. As declarações constantes nas páginas 19 e 20 são declarações de estágios – Inválidas para computação de experiências. As páginas 21, 22 e 27 tratam de Projetos acadêmicos (pesquisas) que também são atividades de formação (estudo) portanto aprendizado. A declaração da página 27 é um estágio onde a mesma aprendia em empresa júnior as atividades que posteriormente passaria e exerceu quando da conclusão do curso.

ANÁLISE FINAL

GILMARA PIRES GRANJA, DOC. Nº 568/2018, INSCRIÇÃO Nº 5527 E CLASSIFICAÇÃO Nº 573, NÃO COMPROVOU EXPERIÊNCIA, APRESENTOU ESTÁGIO ESCOLAR.

Handwritten signatures and initials in black ink. On the left, a signature that appears to be 'Pereira'. In the center, a circular stamp or initial. To the right, a signature that appears to be 'M. Rompelo' followed by a flourish.

Analisando seu Recurso Administrativo e revendo sua documentação emitida, anexa ao processo 59.530.000967/ 2018 -83 – volume XCV (95), a mesmo não comprovou na sua documentação experiências, todos documentos como estágio apresentado, não é experiência e sim aprendizado. Diplomas e Certificados de Mestrado só comprovam escolaridade e aprendizado. Declarações e documentos particulares sem homologação do Sindicato também não serão acatados pela Comissão. Carteira profissional não informa quais as atividades da mesma. Como a experiência não comprova conforme informado e previsto no Edital. Somos favorável ao seu **indeferimento**.

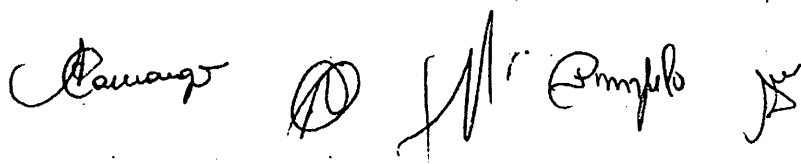
NOME	DATA RECURSO	PROTOCOLO:	
GILMARA PIRES GRANJA	01/08/2018	Doc. 568/2018	INDEFERIR

As experiências tem que ser comprovadas por documento formal, podendo ser CTPS (desde mostre as atividades e não nos cargos). Se a Carteira de Trabalho não tem as especificações das atividades declaradas pelo licitante, este teria que acessoriamente apresentar declaração do empregador comprovando estas atividades. Alternativamente, o postulante poderia comprovar as experiências por declarações homologadas por Sindicatos, ou as alternativas previstas em edital.

Quanto os documentos de estágios e cursos de pós-graduação, o conceito é que estes são documentos que comprovam atividades de aprendizado e estudos, não sendo aceitos como experiências funcionais ou de trabalho. Inclusive o lapso temporal é diferente do conceito da maturidade declarada já que estas atividades são cargas horarias limitadas e o tempo em anos não correspondem a um período integral.

Diz o Edital:

*h) Comprovante da experiência em agricultura irrigada, sequeiro e gerenciamento rural, informada na ficha de inscrição, através de **cópia da Carteira de Trabalho e/ou Declaração de Empresa de Assistência Técnica pública ou***



privada (grifei), Empresa Agrícola pública ou privada e/ou Sindicato de Trabalhadores ou Produtores Rurais, assumindo toda responsabilidade perante a lei, de que as informações são verdadeiras, considerando as pontuações detalhadas no Anexo IV deste Edital.

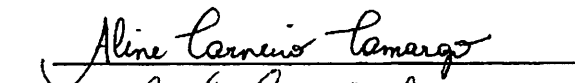
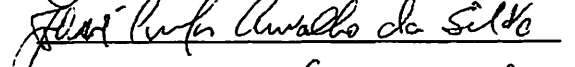
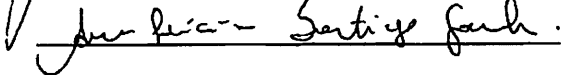
Ocorreu que os licitantes não atentam para o apelo editalício que fala que as comprovações das experiências informadas na ficha de Inscrição (Comprovante da experiência em agricultura irrigada, sequeiro e gerenciamento rural, informada na ficha de inscrição).

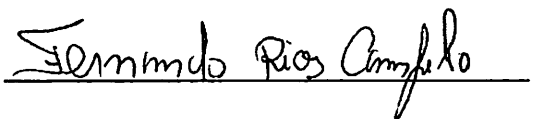
No caso específico do recorrente **GILMARA PIRES GRANJA**, a comissão NÃO VISLUMBROU NENHUM DOCUMENTO QUE PROVE AS EXPERIÊNCIAS DECLARADAS. OS DOCUMENTOS QUE DEMONSTRAM SEUS PERÍODOS DE APRENDIZADO/ESTÁGIOS NÃO SÃO COMPUTADOS COMO EXPERIÊNCIAS E SIM APRENDIZADO. Estes fatores determinaram sua inabilitação

ANEXO – CÓPIAS DAS PAGINAS CTPS, DECLARAÇÕES PESSOAS FÍSICAS E OS COMPROVANTES DE ESTÁGIOS E CURSOS..

.PARECER ATUAL DA COMISSÃO:

A comissão reitera nesta data o indeferimento do recurso do solicitante, conseqüentemente permanece o mesmo inabilitado.



Petrolina, 26 de Setembro de 2018


Franklin Delano Leite Gurgel

COMISSÃO EDITAL 35/2017.

017660

Proc. 59530.000967/18.83

PROTÓCOLO

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que Gilmara Pires Granja, inscrita sob o RG 1.337.614.017 SSP-BA e CPF 086.606.414-18, regularmente matriculada no curso de Engenharia Agrícola e Ambiental, estagiou na empresa Santa Felicidade Agropecuária Ltda, CNPJ 01.892.725/0001-02, entre o período de 02/09/2010 à 04/04/2011, desempenhando funções com o apoio da supervisão de planejamento e gerenciamento das operações agrícolas, acompanhamento dos processos de irrigação, atuação na manutenção e cuidados da fazenda, acompanhamento dos colaboradores no desenvolvimento de suas atividades do dia a dia pertinentes ao curso.

Petrolina, 07 de abril de 2011.

1ª SNP

~~Santa Felicidade Agropecuária Ltda~~
~~CNPJ - 01.892.725/0001-02~~

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE PERNAMBUCO

PRIMEIRA SERVENTIA NOTARIAL DE PETROLINA

Reconheço por Semelhança a firma de: GUILHERME
CRUZ DE SOUZA COELHO Petrolina, 22/06/2018
13:08:59. Em testemunho *de* da verdade. Atendente
Alef Henrique Conceição Nogueira *de*
Empl. 3,39, TSNR R\$ 0,80 FERC R\$ 0,40 IGS 0,20
Total 4,79. Selo: 0159566.YYL06201802.03433

Consulte a autenticidade em: www.tpe.jus.br/selodigital

TECNOPLAN ENGENHARIA LTDA

RECIBO . 017661

Proc. 59530.000967/18.83

DECLARAÇÃO

PROTÓCOLO

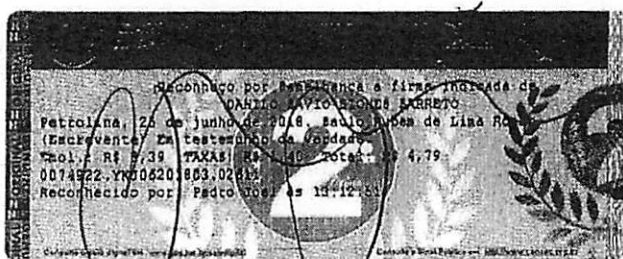
Declaro, para os devidos fins, que Gilmar Pires Granja, inscrita sob o RG 1.337.614.017 SSP-BA e CPF 086.606.414-18, regularmente matriculada no curso de Engenharia Agrícola e Ambiental, estagiou na empresa agrícola Tecnoplan Engenharia Ltda, CNPJ 12.657.573/0001-71, entre o período de 02/05/2011 à 30/12/2011, desempenhando funções com o apoio da supervisão de planejamento e gerenciamento das operações agrícolas, acompanhamento dos processos de irrigação, atuação na manutenção e cuidados da fazenda, acompanhamento dos colaboradores no desenvolvimento de suas atividades do dia a dia pertinentes ao curso.



Petrolina, 05 de janeiro de 2012.

Gilmar Pires Granja

Tecnoplan Engenharia Ltda
CNPJ: 12.657.573/0001-71



Estrada Petrolina - Pedrinhas, Km 22-PE
Tel.: (087) 3861 2280

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PRPPGI
DEPARTAMENTO DE PESQUISA - DP

Av. José de Sá Maniçoba, s/n – Centro – Petrolina - PE
CEP 56.304-205 - Petrolina – PE Tel/Fax: (87) 2101-6797 E-mail: pibic.prppg@univasf.edu.br

Folha nº 017662


DECLARAÇÃO

Proc.: 56530.000967/18.83

PROTÓCOLO

Declaro para os devidos fins, que **Gilmara Pires Granja**, foi aluna do Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Federal do Vale do São Francisco, desenvolvendo o projeto de pesquisa intitulado **“ATRIBUTOS FÍSICOS E QUÍMICOS DE QUALIDADE DE ARGISSOLO VERMELHO AMARELO APÓS DOIS ANOS DE CULTIVO ORGÂNICO COM VIDEIRA DE VINHO”** sob a orientação da professora Nelci Olszewski, processo nº 114/2011, com vigência de janeiro a julho de 2012.

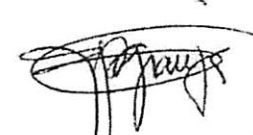
Petrolina, 20 de junho de 2018.

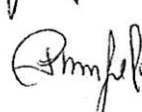

Cátia Valéria dos Santos Passos Brito
Coordenadora de Apoio aos Editais
de Pesquisa e Iniciação Científica
Matrícula SIAPE 1670388/UNIVASF











21



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PRPPGI
DEPARTAMENTO DE PESQUISA - DP

Av. José de Sá Maniçoba, s/n – Centro – Petrolina - PE
CEP 56.304-205 - Petrolina – PE Tel/Fax: (87) 2101-6797 E-mail: pibic.prppg@univasf.edu.br

Forma

017663


PRO: 59530.000967/18.03

PROTÓCOLO

DECLARAÇÃO

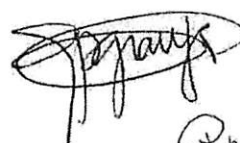
Declaro para os devidos fins, que **Gilmara Pires Granja**, foi aluna do Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Federal do Vale do São Francisco, desenvolvendo o projeto de pesquisa intitulado **“ATRIBUTOS FÍSICOS E QUÍMICOS DE ARGISSOLO APÓS TRÊS ANOS DE CULTIVO ORGÂNICO COM VIDEIRA DE VINHO”** sob a orientação da professora Nelci Olszewski, processo nº 195/2012, com vigência de agosto de 2012 a julho de 2013.


Petrolina, 20 de junho de 2018.


Célia Valéria dos Santos Passos Brito
Coordenadora de Apoio aos Editais
de Pesquisa e Iniciação Científica
Matrícula SIAPE 1670388/UNIVASF







 22

Folha nº 017668

Proc.: 59530.000967/18.83

PROTÓCOLO

DECLARAÇÃO

Declaramos para devidos fins que **RAFAEL PIRES GRANTIA**, regularmente matriculada no curso de Engenharia Agrícola Ambiental da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) participou, voluntariamente, na elaboração, gerenciamento e acompanhamento de projetos de irrigação destinados a pequenos produtores, em levantamentos topográficos, e em estudos e licenciamentos ambientais como diretora Vice-Presidente da Empresa Júnior de Engenharia Agrícola Ambiental (EJEAGRI), CNPJ 10.507.307/0001-37, durante o período de novembro de 2012 a agosto de 2015.

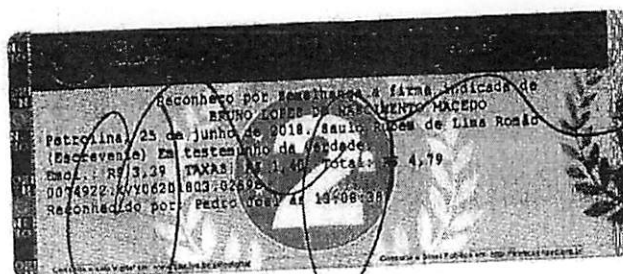
Juazeiro/BA, 06 de junho de 2018.

CULTIVE Jr.

Ernito Lopes do Nascimento Macedo
Ernito Lopes do Nascimento Macedo

Diretor Presidente

Projetos e Consultorias Agrícolas e Ambientais




[Handwritten signature]

[Handwritten signature] 27

Do Presidente da Comissão da DECISÃO 030/2018 – Em 26/09/2018.

A 3ª AJ

Anexamos INFORMAÇÕES PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL para análise e parecer desta Assessoria.


Franklin Delano Leite Gurgel
COMISSÃO DECISÃO 030/2018

Despacho**Data:** 26/09/2018**Origem:** Presidente da Comissão Decisão nº 030/2018**Referência:** Doc. 849/2018**Assunto:** Impugnação ao resultado do recurso administrativo – Gilmara Pires Granja

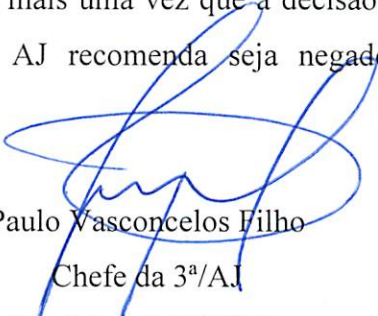
À PR,

Senhor Presidente,

Trata-se de representação (art. 103, II, da Lei 8.666/93) contra a decisão a Comissão de Julgamento do processo licitatório do Projeto Pontal - Edital nº 35/2017 que negou provimento ao recurso interposto pelo licitante contra a sua inabilitação no certame. Basicamente, o licitante reitera suas razões recursais.

A Comissão de Julgamento, em suas “informações para instrução processual” reprisam as razões de decidir do recurso anteriormente interposto, que já foram objeto do Parecer Jurídico nº 329/2018, constante às fls. 3251/3253 do Processo Administrativo nº 59500.000274/2017-67 (processo principal), e que concluiu *que a comissão de julgamento observou os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos, nos exatos termos do art. 3º da Lei 8.666/93.*

Em sendo assim, ratifica-se mais uma vez que a decisão da comissão de julgamento foi escoreita, razão pela qual esta 3ª AJ recomenda seja negado provimento à representação apresentada.



Paulo Vasconcelos Filho
Chefe da 3ª/AJ
Decisão nº 704/2015

